



**COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR**  
**CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84**  
**NIRE 2130000686-9**  
**Companhia Aberta**

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 19 de março de 2012:

**Assembléia Geral Ordinária:**

***1. Tomada das contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2011.***

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2011, conforme divulgadas em 16 de fevereiro de 2012 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e nos jornais Folha de São Paulo, O Estado do Maranhão e Diário Oficial do Estado do Maranhão (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

***2. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2011.***

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, bem como que seja aprovada a distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2012.

***3. Deliberação sobre o pagamento de dividendos.***

Propomos a distribuição de R\$ 93.574.374,56 (noventa e três milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais, e cinquenta e seis centavos) a título de dividendos, conforme aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2012.



De acordo com nossa proposta, os dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2012, sem qualquer atualização monetária. A base acionária que fará jus ao recebimento dos dividendos será aquela de 19 de março de 2012.

***4. Fixação da remuneração global anual dos administradores, deliberando sobre proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.***

Propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício de 2012 seja fixada no montante global de até R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta proposta.

***5. Instalação e funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2012, a eleição de seus respectivos membros e a fixação de sua remuneração.***

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão os Srs. Sérgio Passos Ribeiro (suplente Bruno Augusto Sacchi Zaremba), Felipe Sousa Bittencourt (suplente José Guilherme Cruz Souza), Carlos Eduardo Martins e Silva (suplente Ricardo Takao Kobayashi), Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva (suplente Sidney do Lago Júnior) e a Sra. Denise da Cunha D'Angelo Palacio (suplente Wagner Montoro Júnior).

No que tange à remuneração global do Conselho Fiscal, propomos que seja fixada no montante de até R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.



**ANEXO I**  
**Comentários dos Diretores da Companhia**  
**Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

**10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR é uma distribuidora de energia elétrica, cuja área de concessão engloba todo o estado do Maranhão, pertencente ao grupo Equatorial Energia.

A Emissora encerrou 2011 com Patrimônio Líquido de R\$964,1 milhões, crescimento de praticamente 6,2% em relação àquele apresentado ao final de 2010. No fechamento de 2009, o patrimônio líquido da Emissora era de R\$709,2 milhões.

O lucro líquido do exercício encerrado em 2011 totalizou R\$247,5 milhões, com geração operacional de caixa (EBITDA) de R\$482,2 milhões. Para os exercícios de 2010 e 2009, o lucro líquido apresentado foi de R\$278,6 milhões e R\$219,6 milhões, respectivamente. Em termos de geração operacional de caixa (EBITDA), os valores apresentados em 2010 e 2009 foram de R\$499 milhões e R\$495,5 milhões, respectivamente.

Ao final do ano, a CEMAR apresentava endividamento líquido de R\$919 milhões, valor que representava menos de 1 vez o patrimônio líquido e 2,0 vezes o EBITDA anual, patamares que consideramos confortáveis e que refletem a robustez patrimonial e financeira da empresa.

Durante o ano, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$322,3 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$174,6 milhões.

**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Emissora, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$964,1 milhões, um acréscimo de 6,2%, ou R\$56 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido da Emissora era de R\$709,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Emissora tinha uma posição de caixa de R\$424,4 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$919 milhões. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2011 ficou em 0,9x.

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Emissora além das legalmente previstas.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de longo prazo do endividamento da Emissora, bem como a trajetória de melhoria nos resultados, a Emissora pretende honrar seus compromissos financeiros, de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Emissora acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso a Emissora entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:**

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, as principais fontes de financiamento para os projetos de investimento da Emissora são o Banco do Nordeste - BNB, a ELETROBRÁS e o BNDES, que usualmente



oferecem taxas de juros menores e prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Por estar situada no Nordeste brasileiro e ter 90% do território coberto pela Amazônia Legal, além dos tradicionais órgãos de fomento a CEMAR tem possibilidades de utilização de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA).

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Emissora normalmente recorre ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

Atualmente a Emissora possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha, porém não tem utilizado os mesmos para financiamentos de curto prazo em capital de giro.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

- i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. **eventuais restrições impostas à Emissora, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento total consolidado em aberto da Emissora era de R\$1.385 milhões, dos quais 0,6% (R\$8,0 milhões) eram em moeda estrangeira. Aquele valor, deduzido do caixa e disponibilidades da Emissora, no montante de R\$424,4 milhões, atinge R\$960,6 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 20,3% (R\$282,2 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 79,5% (R\$1.102,9 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

<b>Dívidas (R\$ milhões)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>148,3</b>	<b>194,1</b>	<b>282,3</b>
<i>Moeda Estrangeira</i>	0,8	0,7	0,6
<i>Moeda Nacional</i>	147,5	193,4	281,7
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.068,9</b>	<b>1.063,7</b>	<b>1.102,9</b>
<i>Moeda Estrangeira</i>	8,3	7,3	7,6
<i>Moeda Nacional</i>	1.060,6	1.056,44	1.095,3
<b>Total Geral</b>	<b>1.217,2</b>	<b>1.257,8</b>	<b>1.385,2</b>

**Financiamentos Relevantes**

Destacamos abaixo as principais operações de endividamento contratadas entre 2007 a 2011:

**Dívida com a ELETROBRÁS:**

- Em janeiro de 2007, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2522/2005 no valor total de R\$ 57.999 mil, dos quais foram desembolsados R\$56.274 mil. O referido contrato está lastreado por



recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.

- Em janeiro de 2009, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2724/2008 no valor total de R\$ 97.686 mil, dos quais já foram desembolsados R\$87.492 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.
- Em dezembro de 2010, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2890/2010 no valor total de R\$85.310 mil, dos quais foram desembolsados R\$39.572 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 84 meses, composto pela carência de 24 meses e amortização em 60 meses. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para melhoria e suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.

#### Dívida com IFC:

- Em 28 de fevereiro de 2008, a CEMAR finalizou a contratação do financiamento de US\$80.000.000,00 junto ao IFC - International Finance Corporation, com o objetivo de financiar parte dos seus investimentos já realizados em 2007, e parte dos investimentos previstos para o biênio 2008/2009. O empréstimo foi concedido em reais, num montante de R\$135.056 mil, considerando a PTAX de venda de 1,6882 do dia 26 de fevereiro de 2008. O custo da operação foi fixado em 90,9% do CDI, através da realização de um swap cambial pelo IFC, incidindo o custo adicional de 1,5% a.a. a título de "Exposure Fee". O prazo total deste financiamento é de 8 anos, com 2 anos de carência.

Neste contrato, a CEMAR apresenta alguns indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses, menor ou igual a 2,5 (dois e meio);

2ª Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, maior ou igual a 2,0 (dois).

	<u>4T11</u>	<u>3T11</u>	<u>2T11</u>	<u>1T11</u>
Dívida bruta *	1.385.239	1.177.232	1.212.481	1.202.534
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	-424.463	-189.483	-273.383	-418.249
(-) Baixa renda a receber	-15.835	-30.692	-21.212	-23.472
(-) Ativos regulatórios líquidos	-25.832	-59.714	-2.173	-20.409
= Dívida financeira líquida	919.109	897.343	915.713	740.404
EBITDA**	133.763	122.106	117.727	108.558
EBITDA ajustado nos últimos 12 meses	482.154	454.227	467.769	488.710
1º Covenant <=2,5	1,91	1,98	1,96	1,52
Despesa financeira líquida trimestral	11.843	29.536	11.187	31.040
Despesa financeira líquida nos últimos 12 meses	83.607	87.776	87.579	87.637
2º Covenant >=2,0	5,8	5,2	5,3	5,6

\* Corresponde a dívida bruta de Empréstimos e financiamentos e dívida bruta de Debêntures.

\*\* EBITDA calculado conforme contrato de financiamento, que significa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, desconsiderando as outras despesas e receitas não recorrentes. As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienação do ativo imobilizado.



#### **Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil:**

- BNB I – No ano de 2006, a Cemar contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no montante de R\$136.076, com a finalidade de financiar os investimentos em redução das perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade no fornecimento de energia elétrica, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano.
- BNB Nova Sede - Em 06 de dezembro de 2007, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$9.652 mil, com a finalidade de financiar a construção da nova sede da Companhia. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, que a partir de janeiro de 2008 incide taxa de juros de 8,50% a.a., considerando o bônus de adimplemento de 15% incidente sobre os pagamentos dos juros.
- BNB II - Em 05 de fevereiro de 2009, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$144.939 mil, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é 8,50% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos juros.

#### **Dívida com o BNDES:**

- Em 10 de abril de 2007, a CEMAR assinou o contrato de financiamento junto ao Banco Itaú BBA no valor de R\$28.481 mil, lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,8% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos se destinam a financiar a implantação do Programa de Combate às Perdas de Energia Elétrica do Sistema de distribuição da CEMAR, do Sistema de Gestão das Redes de Distribuição - "GEOREDE" e do Sistema Comercial da ELUCID - "UE-COM".

Neste contrato, a CEMAR apresenta os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 4,50;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

- Em 11 de março de 2008, a CEMAR assinou o contrato de financiamento junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. no valor de R\$79.663 mil, lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 3,6% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos se destinam a financiar a implantação do projeto "Expansão e Qualidade Operacional CEMAR", com investimentos voltados ao combate das perdas comerciais de energia elétrica, a realização de ligações de novos consumidores e a atualização tecnológica da empresa.

Conforme contrato, a CEMAR apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 2,50;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

Segue abaixo demonstração dos Covenants para os empréstimos do BNDES:



	<u>4T11</u>	<u>3T11</u>	<u>2T11</u>	<u>1T11</u>
(+) Empréstimos e financiamentos e Debêntures	1.385.239	1.177.232	1.212.481	1.202.534
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	-424.463	-189.483	-273.383	-418.249
(-) Dívida com ELETROBRÁS - ECF 1960/99	-162.281	-165.167	-163.134	-161.564
(-) Baixa renda	-15.835	-30.692	-21.212	-23.472
<b>Endividamento financeiro líquido</b>	<b>782.660</b>	<b>791.890</b>	<b>754.752</b>	<b>599.249</b>
(+) Lucro líquido	48.331	78.085	68.360	52.725
(+) Resultado financeiro líquido	9.336	11.640	18.312	7.385
(+) Provisão de IR e CSLL	18.763	4.630	9.397	22.134
(+) Participação nos lucros	-	-	-	-
(+) Depreciações e amortizações	20.280	24.683	19.706	25.772
(+) Outras despesas/receitas não recorrentes*	37.053	3.068	1.953	541
<b>LAJIDA</b>	<b>133.763</b>	<b>122.106</b>	<b>117.728</b>	<b>108.557</b>
<b>LAJIDA (12 Meses)</b>	<b>482.154</b>	<b>454.227</b>	<b>467.769</b>	<b>488.710</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.010.924</b>	<b>962.594</b>	<b>884.510</b>	<b>816.147</b>
<b>Endividamento financeiro líquido / LAJIDA ≤ 4,5</b>	<b>1,6</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>
<b>Endividamento financeiro líquido / endividamento financeiro líquido +PL) ≤ 0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>

\* As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienações do ativo imobilizado.

- Em 09 de dezembro de 2010, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$100.000 mil, lastreados por recursos originários, dentre outras fontes, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,91% ao ano. O prazo total é de 3 anos, com carência de 1 ano e amortização em 2 anos. Estes recursos se destinam a financiar a partes dos investimentos do ano de 2011 e reforço de capital de giro.

Conforme contrato, a CEMAR apresenta os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,70.

Segue abaixo demonstração dos Covenants para este empréstimo do BNDES:

	<u>4T11</u>	<u>3T11</u>	<u>2T11</u>	<u>1T11</u>
(+) Empréstimos e financiamentos e Debêntures	1.385.239	1.177.232	1.212.481	1.202.534
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	-424.463	-189.483	-273.383	-418.249
<b>Endividamento financeiro líquido</b>	<b>960.776</b>	<b>987.749</b>	<b>939.098</b>	<b>784.285</b>
<b>LAJIDA</b>	<b>133.763</b>	<b>122.106</b>	<b>117.728</b>	<b>108.557</b>
<b>LAJIDA (12 Meses)</b>	<b>482.154</b>	<b>454.227</b>	<b>467.769</b>	<b>488.710</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.010.924</b>	<b>962.594</b>	<b>884.510</b>	<b>816.147</b>
<b>Endividamento financeiro líquido / LAJIDA ≤ 3,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,2</b>	<b>2,0</b>	<b>1,6</b>
<b>Endividamento financeiro líquido / endividamento financeiro líquido +PL) ≤ 0,7</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>

- Em 11 de novembro de 2011, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$193.023,4 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo



de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo:

- Subcrédito A: O valor contratado é de R\$70.626mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com o custo de TJLP + 2,21% ao ano. O prazo total é de 6 anos, com início de amortização em Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,21% ao ano.
- Subcrédito B: O valor contratado é de R\$70.626mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com o custo de TJLP + 3,21% ao ano. O prazo total é de 6 anos, com início de amortização em Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 9,21% ao ano.
- Subcrédito C: O valor contratado é de R\$50.772mil, com o total de R\$33.000 mil liberados nas datas de 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, e custo de 8,7% ao ano. O prazo total é de 10 anos, com carência de 2 anos e amortização em 8 anos com início em Dezembro 2013. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,7% ao ano.
- Subcrédito D: O valor contratado é de R\$1.000mil com custo de TJLP. O prazo total é de 6 anos, com um ano de carência e 5 anos de amortização com início em Dezembro 2017. Em 31 de dezembro de 2011.

Por fim, os financiamentos acima contratados têm por objetivo financiamento dos planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

#### **g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Especificamente para o Contrato com a Eletrobrás, ECF-2724/2008, para financiamento do custo direto do programa de obras no sistema de subtransmissão da CEMAR para o triênio 2009-2010-2011, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado foi 30 de dezembro de 2011 no contrato inicial, porém com a celebração de termo aditivo foi prorrogado para 30 de junho 2012.

#### **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**Ocorrências significativas nas Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2011 comparado a 31 de dezembro de 2010).**

Sem ocorrências significativas.

**Ocorrências significativas nas Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2010 comparado a 31 de dezembro de 2009).**

Sem ocorrências significativas.

**Ocorrências significativas nas Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2009 comparado a 31 de dezembro de 2008).**

#### **1) Adesão ao NOVO REFIS - Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09**

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR formalizou sua adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES será parcelado em até 180 meses. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil RFB.





Os principais benefícios desta adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$24.756, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante inicial incluído no REFIS foi de R\$72.522. Visto que R\$34.028 serão compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$ 38.493.

A referida dívida, no montante de R\$38.493 será quitada em 180 parcelas. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Os pagamentos do REFIS no valor de R\$1.645, estão sendo contabilizados na conta de outros impostos a recuperar até que seja homologado a consolidação dos débitos inclusos no parcelamento.

A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil (RFB).

## **10.2. Os diretores devem comentar:**

### **a) resultados das operações da Emissora, em especial:**

#### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Nos últimos 3 exercícios, a Emissora gerou suas receitas principalmente a partir da distribuição de energia em sua área de concessão.

#### **ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

##### **Perdas de Energia**

A Emissora se sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade da Emissora adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

O nível das perdas técnicas, medido sobre a energia injetada, teve sua meta determinada pela ANEEL em 12,42% e será válido para os 4 anos do ciclo tarifário corrente (de agosto de 2009 a julho de 2013).

Quanto às perdas não-técnicas dos últimos 12 meses, a Emissora encerrou 2011 com percentual de 21,0% medido sobre o mercado consumidor de baixa tensão, o que representa uma redução de 1,0 pontos percentuais em relação ao percentual de 22,0% medido ao final de 2010.

##### **Incentivos Fiscais**

###### **Depreciação Acelerada**

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.



Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

#### **Isenção de 75% do Imposto de Renda**

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016.

A CVM através da Deliberação nº. 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A receita total até 31 de dezembro de 2011 é de R\$47.978 (até 31 de dezembro de 2010 é de R\$42.852). A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

O efeito do benefício, acumulado até 31 de dezembro de 2011, totaliza R\$256.419 (R\$208.441 em 31 de dezembro de 2010).

#### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita operacional líquida da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.912,1 milhões, com aumento de 8,9%, se comparado com a receita operacional de R\$1.756,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido ao crescimento de 5,5% no volume de energia vendida para o mercado consumidor.

A receita operacional da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$1.756,4 milhões, com aumento de 8,5% se comparado com a receita operacional de R\$1.618,6 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Novamente, o aumento no volume de energia distribuída, de 16,3% foi preponderante para tal crescimento.

Ao final de agosto de 2009, a Emissora passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica, no qual a tarifa média praticada pela CEMAR foi reajustada em -1,64%, já considerando o efeito dos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 4 anos do ciclo tarifário (de agosto de 2009 a agosto de 2013), entretanto será reajustada anualmente pelo processo de Reajuste Tarifário Anual.

Em agosto de 2011, no seu processo de Reajuste Tarifário Anual, a CEMAR teve sua tarifa média praticada reajustada em 7,25%.

#### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Emissora**

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Emissora são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: Parte da metodologia do órgão regulador para determinação da tarifa de venda na distribuição de energia está atrelada ao IGP-M, assim como 11,7% do endividamento da Companhia.
- IPCA: As tarifas dos contratos de compra de energia estão atreladas ao IPCA.



- CDI: Todas as aplicações financeiras da Emissora e cerca de 24,6% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI.
- TJLP: 22,1% do endividamento da Companhia esta atrelado a TJLP.
- Taxas de câmbio: 0,7% do endividamento da Companhia esta indexado ao Dólar.

### **10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Emissora e em seus resultados:**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não se aplica.

#### **c) Eventos ou operações não usuais.**

Não se aplica.

### **10.4. Os diretores devem comentar:**

#### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2009.

Normas CPC adotadas aplicáveis no exercício de 2010.

- CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada
- CPC 20 – Custos de Empréstimos
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 – Evento Subseqüente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 30 – Receitas
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 33 – Benefícios a Empregados
- CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 41 – Resultado por Ação
- CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 43
- ICPC 01 – Contratos de Concessão
- ICPC 04 – Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações
- ICPC 05 – CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria
- ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

#### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**



A aplicação das normas ("novas normas"), descritas no item acima, impactaram montantes apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com adoção do ICPC01 a companhia entende que todos os itens antes registrados no ativo imobilizado, pertencem à concessão de distribuição de energia elétrica, sendo assim, estes saldos passam a ser registrados no Ativo Intangível Contrato de Concessão de Serviços e Ativo Financeiro conforme regra estabelecida por esta interpretação da norma contábil. Demonstrados nas notas explicativas 11 e 12.

Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios

Em 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, bem como a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. As alterações promovidas visam, principalmente, atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Como parte deste processo de harmonização, a Emissora optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 01 de janeiro de 2008, que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08.

#### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Ressalvas: Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2011, 2010 e 2009.

Ênfases: Não houve ênfases no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2011, 2010 e 2009.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Emissora, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

#### **Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### **a. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo os recebíveis relativos aos serviços de concessão, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas (vide Nota Explicativa nº 30).

Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação



diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

- **Instrumentos mantidos até o vencimento**

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Emissora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento os seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- **Instrumentos disponíveis para venda**

Os investimentos da Emissora em instrumentos financeiros, de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida, são classificados como disponíveis para venda, quando após o reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

- **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**

Um instrumento é classificado pelo seu valor justo através do resultado, se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Emissora gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimentos e gerenciamento de risco documentado pela Emissora. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

## **b. Moeda estrangeira**

A Administração da Emissora definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovados pela Deliberação CVM 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. (vide Nota Explicativa nº 30).

## **c. Ativos circulante e não circulante:**



- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota Explicativa nº 7a).

Para clientes com débitos relevantes, é feita análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos, utilizamos as seguintes regras: (i) consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (ii) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias; (iii) consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

- **Redução ao valor recuperável de ativos**

O intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

**d. Passivos circulante e não circulante**

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o seu valor de face é apropriada ao resultado de longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- **Provisão para contingências**

Estão constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da Emissora.

**e. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Emissora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**f. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240,00 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

A Emissora optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), ou seja, os ajustes decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/99, não terão efeitos tributários.



**g. Plano de complementação de aposentadoria e pensão**

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão patrocinado pela CEMAR são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação nº 371/2000 da CVM e NPC nº 26 do IBRACON. A Emissora não vem reconhecendo os superávits do seu plano de aposentadoria e pensão no resultado do exercício.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

De acordo com a Deliberação nº. 600 da CVM de 07 de outubro de 2009, a partir do exercício de 2011 as empresas de capital aberto foram obrigadas a incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios aos quais os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento CPC33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**h. Plano de remuneração baseado em ações**

Não se aplica.

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Emissora considera seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Administração está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

O relatório sobre procedimentos contábeis e de controles internos referente ao exercício de 2011 está sendo elaborado pelos auditores independentes.

Porém, com base no relatório elaborado em 2010, a Administração da Emissora atualmente acredita não haver fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas ou fraquezas materiais nos controles internos e que suas Demonstrações Financeiras refletem adequadamente o resultado de nossas operações, situação financeira e patrimonial.

**10.7. Caso a Emissora tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não houve.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não houve.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não houve.



**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Emissora, indicando:**

- a) os ativos e passivos detidos pela Emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iv. contratos de construção não terminada
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Emissora não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b) natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Emissora, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

- a) investimentos, incluindo:
  - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

**Investimentos Próprios**

Em 2011, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 322,3 milhões, dos quais R\$58,6 milhões foram direcionadas à manutenção da rede e R\$263,7 milhões à expansão da rede de distribuição de energia.

Em 2010, os investimentos da CEMAR, segundo o mesmo critério, totalizaram R\$197 milhões dos quais R\$69,2 milhões foram aplicados em manutenção da rede e R\$96,5 milhões em expansão da rede de distribuição.

Para os 4 anos do atual ciclo tarifário (de setembro de 2009 a agosto de 2013), estima-se que a CEMAR investirá entre R\$700 milhões e R\$800 milhões, notadamente em manutenção e expansão da rede de distribuição de sua área de concessão.





#### **Investimentos no Programa Luz Para Todos**

Ao final de 2011, foi alcançada a marca de 301 mil consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 1,5 milhão de habitantes.

Em 2011, o investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R\$174,6 milhões, sendo que em 2010, foram investidos R\$202,1 milhões.

#### **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A Emissora financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, ELETROBRÁS, BNDES, IFC e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como DEBÊNTURES e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequados.

Já os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Eletrobrás, através da linha de RGR e de CDE.

#### **iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Atualmente, a Emissora não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

- b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Emissora

Não se aplica.

- c) Novos produtos e serviços, indicando:

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pela Emissora em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pela Emissora no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

**10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens acima.

## **ANEXO II** **ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)** **destinação do lucro líquido**



(valores apresentados em R\$ mil, exceto quando indicado em contrário)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R. R\$247.502

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

R. Dividendos propostos: R\$93.574

Valor dos dividendos por ação: R\$0,57

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A proposta da administração é distribuir 38% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6404/76.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Tipo de Ação	Quantidade	Valor
Preferenciais "A"	1.239	706
Preferenciais "B"	1.626	927
Ordinárias	161.319	91.941
Total	164.184	93.574

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Serão pagos em até 3 parcelas e até 31 de dezembro de 2012, em datas a serem definidas pela Administração.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há.



- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito ao recebimento dos dividendos anunciados aqueles acionistas identificados como tais em 19 de março de 2012.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2011	2010	2009
Lucro do Exercício	247.502	278.621	219.632
Lucro por ação (R\$)	1,51	1,70	1,36
Quantidade média ponderada de ações	164.183	164.183	161.282

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Deliberação	Proventos	Valor por Ação (lote de unidades de reais)			
		Valor	ON	PNA	PNB
31.12.2011					
Reunião do Conselho de Administração de 14 de fevereiro de 2012	Dividendos	93.574	0,57	0,57	0,57
31.12.2010					
Reunião do Conselho de Administração de 25 março de 2011	Dividendos	200.000	1,52	1,52	1,52
31.12.2009					
Reunião do Conselho de Administração de 11 março de 2010	Dividendos	57.960	0,35	0,35	0,48

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal



a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R. R\$12.375

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R. 5% sobre o lucro do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

R. As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe "A" e 10% (dez por cento) para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

R. Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

R. Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

R. Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme artigo 202 da lei 6.404 e artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido da Companhia.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo mínimo obrigatório vem sendo pago integralmente.



c. Informar o montante eventualmente retido

R. Não houve.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R. Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

R. Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

R. Parágrafo Quarto – Desde que não haja deliberação em outro sentido da Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, o saldo o lucro líquido do exercício será destinado à constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro, após as deduções previstas em lei, o dividendo



prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previstos, respectivamente, nos parágrafos segundo e terceiro acima. O valor total dessa reserva não excederá 100% do capital social da Companhia. Atingido esse limite ou a qualquer tempo, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio à conta da reserva estatutária de reforço de capital de giro ou destinar seu saldo, total ou parcialmente, para aumento de capital, inclusive com bonificação em novas ações.”

b. Identificar o montante destinado à reserva

R. R\$93.574

c. Descrever como o montante foi calculado

R. Saldo excedente do lucro do exercício ajustado, após proposta de dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R. R\$47.978

b. Explicar a natureza da destinação

R. “Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no período findo em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$47.978 (R\$43.207 em 31 de dezembro de 2010), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

Em atendimento à lei 11.638/07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE foi contabilizado no resultado do período e, posteriormente, transferido para a Reserva de lucros – Incentivos fiscais.”



**ANEXO III**  
**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**  
**Item 13 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**



### **13. Remuneração dos Administradores**

#### **13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês**

##### **a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A política de remuneração da CEMAR tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com padrão de excelência requerido pela companhia. As práticas de remuneração objetivam a criação de uma cultura direcionada ao atingimento de resultados, através do alcance e superação de metas que sejam interessantes para colaboradores, companhia e acionistas.

Adicionalmente à política de remuneração, a Emissora possui Plano de Opção de Compra de Ações que confere ao seu detentor o direito, porém não a obrigação, de subscrever ações da Emissora a um preço fixado num determinado período de tempo. Na nossa visão, este plano não se confunde com remuneração e deve ser tratado como instrumento de risco para alinhar os interesses da administração aos de seus acionistas no médio e longo prazo. Entretanto, por falta de classificação adequada neste item 13 do formulário, descrevemos os valores referentes ao Plano de Opção na linha de Remuneração Baseada em Ações. Por fim, tais opções podem ser concedidas aos principais colaboradores da empresa.

##### **b) composição da remuneração**

###### **i. elementos da remuneração e os objetivos**

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da CEMAR recebem honorários fixos mensais pelo desempenho de suas funções, alinhados à média de mercado.

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorário fixo mensal, participação nos resultados, benefícios (inclusive plano de opção de compra de ações). A remuneração fixa é alinhada à média de mercado e definida através de pesquisa de mercado, utiliza-se a metodologia Hay Group. A remuneração variável, por sua vez, é determinada através do atingimento de metas e está atrelada ao valor meritocracia, praticado na Emissora. Os benefícios recebidos pelos diretores são: plano de saúde e odontológico, auxílio refeição, previdência privada FASCEMAR e seguro de vida.

###### **ii. proporção de cada elemento na remuneração total**

Orgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável
Conselho Fiscal	83%	17%	0%
Conselho de Administração	83%	17%	0%





Diretoria Estatutária	28%	7%	65%
-----------------------	-----	----	-----

### **iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Não há metodologia de reajuste específico para cada um dos componentes da remuneração, tanto para conselheiros, quanto para diretores estatutários. Sobre a metodologia de cálculo, periodicamente, analisa-se as práticas de mercado, obtidas através de pesquisa de mercado, que objetiva avaliar a aderência interna dos valores à realidade do mercado, o que pode motivar reajustes.

### **iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar.

#### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A remuneração dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal da Emissora é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos diretores estatutários é definida através de um sistema de gestão de metas, previamente contratadas e alinhadas ao planejamento estratégico da Emissora.

#### **d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

No que tange aos diretores estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Emissora.

As metas da presidência são desdobradas para cada diretoria e assim por diante de forma que o alcance das metas de forma segmentada contribuam para o resultado da Emissora. Além disso, é necessário que a Emissora atinja um desempenho mínimo desejado para que haja o pagamento da remuneração variável, neste mesmo sentido resultados excepcionais também refletem em remuneração variável diferenciada.

#### **e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Emissora de curto, médio e longo prazo;**



O formato da remuneração acima descrita busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Emissora, de tal maneira a alinhar os interesses destes.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A CEMAR mantém com sua controladora, Equatorial Energia, compartilhamento de recursos observando estritamente a legislação pertinente, em especial contábil e regulatória. Assim, um percentual referente à remuneração pelo exercício de atividades de parte da diretoria estatutária na controlada é repassado à controladora.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Emissora**

A Emissora não possui qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

**13.2. Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO NO EXERCÍCIO DE 2011 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	TOTAL
b. Número de membros	8,17 membros **	5 membros	8,17 membros*	21,34 membros
c.i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	392	144	2.562	3.098
Benefícios diretos e indiretos	78	29	512	619
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	4.848	4.848
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões	-	-	-	-



Outros (INSS Bônus)	-	-	970	970
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	71	71
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão <sup>(1)</sup>	<b>470</b>	<b>173</b>	<b>8.963</b>	<b>9.606</b>
e. Total da remuneração dos Órgãos				<b>9.606</b>

\* Contemplam dois diretores que não permaneceram os 12 meses inteiros de 2011 no cargo.

\*\* Contemplam dois conselheiros que não permaneceram os 12 meses inteiros de 2011.

<b>REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2012 (R\$ mil)</b>				
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	TOTAL
b. Número de membros	9 membros	5 membros	8 membros	22 membros
c.i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	513	171	2.756	3.440
Benefícios diretos e indiretos	103	34	551	688
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	5.205	5.205
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (INSS Bônus)	-	-	1.301	1.301
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	71	71
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão <sup>(1)</sup>	<b>616</b>	<b>205</b>	<b>9.884</b>	<b>10.705</b>
e. Total da remuneração dos Órgãos				<b>10.705</b>



**13.3. Remuneração variável do exercício de 2011 e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO EXERCÍCIO DE 2011 (R\$ mil)</b>			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	8,17 membros *	5 membros	8,17 membros*
<b>c. Bônus</b>			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A
<b>d. Participação no Resultado</b>			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	6.069
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	2.844
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	5.818

(1) No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência.

\* Contemplam dois diretores que não permaneceram os 12 meses inteiros de 2011 no cargo.

\*\* Contemplam dois conselheiros que não permaneceram os 12 meses inteiros de 2011.

<b>REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2012 (R\$ mil)</b>			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	7 membros	5 membros	8 membros
<b>c. Bônus</b>			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A



atingidas			
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A
d. Participação no Resultado			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	8.055
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	3.564
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	N/A

(1) No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência.

#### 13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não havia planos de remuneração baseado em ações vigentes no exercício de 2011 e nem previstos para 2012.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Emissora, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Cia. Energética do Maranhão - CEMAR							
Órgão	Ações detidas diretamente			Ações detidas indiretamente			Ações detidas total
	Ordinárias	Preferenciais A	Preferenciais B	Ordinárias	Preferenciais A	Preferenciais B	
Conselho de Administração	74	-	4	13.726.318	100.379	130.682	13.957.456
Diretoria	27	-	1	469.452	3.433	4.504	477.417
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-	-

Órgão	Equatorial Energia S.A. (controladora)		
	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente	Ações detidas total
Conselho de Administração	123.335	14.139.846	14.263.181
Diretoria	487.813	-	487.813
Conselho Fiscal	-	-	-



**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações\* reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

\* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

Não aplicável para 2011 e para o exercício social corrente.

2010	
a. órgão	Diretoria
b. número de membros outorgados na data	2
i. data de outorga	22/5/2006
ii. quantidade de opções outorgadas	165.115
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	1º lote: 22/5/06 2º lote: 3/1/07 3º lote: 3/1/08 4º lote: 3/1/09 5º lote: 3/1/10
iv. prazo máximo para exercício das opções	1º lote: no ato da outorga 2º lote: 3/1/08 3º lote: 3/1/09 4º lote: 3/1/10 5º lote: 3/1/11
v. prazo de restrição à transferência de ações	Vide sub-item "I" do item 13.4
vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
em aberto no início do exercício social <sup>(*)</sup>	R\$2,00 global
perdidas durante o exercício social	N/A
exercidas durante o exercício social <sup>(*)</sup>	R\$2,00 global
expiradas durante o exercício social	N/A
d. valor justo das opções na data de outorga	4º lote: R\$0,43 / ação 5º lote: R\$0,48 / ação
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,1%

<sup>(\*)</sup> Os preços médios ponderados de exercício das opções em aberto no início do exercício e exercidas durante o exercício estão expressos em valores pelo lote global, não por ação.



2009	
a. órgão	Diretoria
b. número de membros outorgados na data	2
i. data de outorga	22/5/2006
ii.quantidade de opções outorgadas	165.115
iii.prazo para que as opções se tornem exercíveis	1º lote: 22/5/06 2º lote: 3/1/07 3º lote: 3/1/08 4º lote: 3/1/09 5º lote: 3/1/10
iv.prazo máximo para exercício das opções	1º lote: no ato da outorga 2º lote: 3/1/08 3º lote: 3/1/09 4º lote: 3/1/10 5º lote: 3/1/11
v.prazo de restrição à transferência de ações	Vide sub-item "I" do item 13.4
vi.Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
em aberto no início do exercício social <sup>(*)</sup>	R\$4,00 global
perdidas durante o exercício social	N/A
exercidas durante o exercício social <sup>(*)</sup>	R\$2,00 global
expiradas durante o exercício social	N/A
d. valor justo das opções na data de outorga	4º lote: R\$0,43 / ação 5º lote: R\$0,48 / ação
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,1%

As quantidades outorgadas foram ajustadas para refletir o grupamento de ações ocorrido em maio de 2008, no qual 100.000 ações da Emissora foram transformadas em 1 ação.

Não houve reconhecimento de remuneração baseada em ações em 2009, ou prevista para 2010, do conselho de administração.

### **13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social**

Não havia opções em aberto ao final do exercício de 2011.

### **13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações\* do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

\* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.



Exercício	<b>2010</b>
Órgão	Diretoria
Número de membros beneficiários	2
	Opções Exercidas
Número de ações	37.150
Preço médio ponderado de exercício	R\$2,00 lote global
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$472 mil

Exercício	<b>2009</b>
Órgão	Diretoria
Número de membros beneficiários	2
	Opções Exercidas
Número de ações	37.150
Preço médio ponderado de exercício	R\$2,00 lote global
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$249 mil

Não houve subscrição por parte de membros do Conselho de Administração.

Não houve ações entregues nem opções exercidas no último exercício social.

**13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções**

**a) modelo de precificação**

**b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

**c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

**d) forma de determinação da volatilidade esperada**

**e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Utilizou-se o método de Black & Scholes para precificação das opções nas datas das respectivas outorgas e final de exercício. Todos os parâmetros foram com base em dados históricos (volatilidade, taxa livre de risco e preço da ação) nas datas das outorgas ou de finais de exercício social.

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais corrigidos pelo IGP-M.





Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações de Equatorial desde a abertura de capital da Equatorial ou, na falta de relevância de negócios com a ação (pré-abertura de capital), a volatilidade de ações de empresas com mesmo perfil da CEMAR.

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções corrigido pelo IGP-M + 8%a.a. e ajustado pelos dividendos declarados no período.

A taxa livre de risco adotada com base na curva dos títulos públicos federais corrigidos a IGP-M (NTN-C) com prazos correlatos àqueles das opções.

Não foram adotadas premissas de pagamento de dividendos.

### **13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Somente os Diretores Estatutários têm planos de previdência FASCEMAR. Os Conselheiros Fiscais e de Administração não gozam desse benefício.

<b>EXERCÍCIO DE 2011 (R\$ mil)</b>	
a. Órgão	<b>Diretoria Estatutária</b>
b. Número de membros	06 diretores
c. Nome do plano (Plano Misto Benefício – Vida Flex)	Previdência FASCEMAR
d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A
e. Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
f. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	579
g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores*	71
h. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A

\* Posição Financeira de Dezembro/2011.



**13.11. Remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

CEMAR (R\$mil)				
Administradores	Número de Membros	Remuneração Mínima	Remuneração Média	Remuneração Máxima
Diretoria	8,17*	180	1.097	2.194
Conselho de Administração	8,17**	29	58	58
Conselho Fiscal	5	35	35	35

\* Contemplam dois diretores que não permaneceram os 12 meses inteiros de 2011 no cargo.

\*\* Contemplam dois conselheiros que não permaneceram os 12 meses inteiros de 2011.

**13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, bem como as conseqüências financeiras para a Emissora**

Não há.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão, no exercício social de 2011, reconhecida no resultado da Emissora referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

EXERCÍCIO DE 2011 – CEMAR			
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	69%	40%	15%

**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que**



não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Emissora, como remuneração\* de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Emissora, agrupados por órgão, no exercício social de 2011.**

\* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos o Plano de Opções como remuneração.

EXERCÍCIO DE 2011 (R\$ mil)							
Órgão	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária		
	Fixa	Variável	Plano de Opções	Fixa	Fixa	Variável	Plano de Opções*
Equatorial Energia S.A.	1.514	3.105	20	101	353	3.512	266
Redentor Energia S.A	18	-	-	6	3	-	-
<b>TOTAL<sup>(1)</sup></b>	<b>1.532</b>	<b>3.105</b>	<b>20</b>	<b>107</b>	<b>356</b>	<b>3.512</b>	<b>266</b>

<sup>(1)</sup> No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.



**ANEXO IV**  
**ASSEMBLEIA GERAL E DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Itens 12.6 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

12.6 – Em relação aos candidatos a membros dos Conselhos Fiscal e de Administração do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador?
Sérgio Passos Ribeiro	38	Administrador de empresas	026.246.867-03	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
Felipe Sousa Bittencourt	33	Administrador	078.366.387-07	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
Carlos Eduardo Martins	28	Economista	095.296.317-58	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
Marcelo Cruz	45	Economista	316.297.171-34	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
Denise da Cunha D'Angelo Palácio	51	Economista	799.780.027-15	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
Bruno Augusto Sacchi Zaremba	36	Economista	034.032.377-96	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
José Guilherme Cruz Souza	40	Engenheiro Elétrico	003.669.617-05	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
Ricardo Kobayashi	45	Economista	343.060.211-49	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
Sidney do Lago Júnior	57	Engenheiro	145.393.819-20	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A
Wagner Montoro Júnior	52	Engenheiro	695.120.007-68	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	19/3/2012	19/3/2012	AGO 2013	Não há	N/A



**12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não há.

**12.8 – Em relação aos candidatos a membros do conselho fiscal do emissor, fornecer:**

**a) currículo:**

**Sérgio Passos Ribeiro – candidato a membro efetivo do conselho fiscal**

Sérgio Passos é sócio e responsável pela área de controladoria da Vinci Partners. Juntou-se ao Banco Pactual em 1998, onde atuou como responsável pela área fiscal e a partir de 2006 até 2009 assumiu também a função de responsável pela área contábil. Antes do Pactual, foi consultor tributário da PriceWaterhouseCoopers. Sérgio Passos é graduado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula, possui MBA em Finanças pelo IBMEC RJ.

**Felipe Souza Bittencourt – candidato a membro efetivo do conselho fiscal**

Sr. Bittencourt é sócio da Vinci Partners e responsável pela área de M&A do grupo. Ele se juntou ao UBS Pactual Alternative Investments (“PCP”) no início de 2008, como membro da equipe de private equity, tendo focado na originação, análise, seleção, execução e monitoramento de investimentos do fundo PCP. Anteriormente, entre 1998 e 2007, Sr. Bittencourt trabalhou no Banco JPMorgan na área de finanças corporativas. Ele se envolveu em diversas transações na América Latina de M&A, equity, captação de dívida, reestruturação financeira, dentre outras, tendo trabalhado no escritório do Banco em Nova Iorque por aproximadamente 5 anos. Sr. Bittencourt é graduado pela faculdade IBMEC, Rio de Janeiro, e possui pós-graduação (MBA) pela Universidade de Columbia, Nova Iorque. Atualmente, o Sr. Bittencourt é membro suplente dos conselhos fiscais da Equatorial Energia e CEMAR.

**Carlos Eduardo Martins e Silva – candidato a membro efetivo do conselho fiscal**

Carlos Eduardo Martins é gestor de investimentos de private equity da Vinci Partners desde outubro de 2009 e membro do conselho de administração de diversas subsidiárias do Grupo Los Grobo, umas das maiores empresas de agronegócios da América do Sul. Anteriormente, trabalhou no UBS Pactual na área de Investimentos de Longo Prazo como um dos gestores do fundo PCP a partir de 2008. Além disso, trabalhou no Credit Suisse como analista de investimentos na área de Pesquisa sendo parte do time eleito pela Revista Institutional Investor como primeiro lugar em análise dos setores de Agribusiness e Saúde para América Latina em 2008, segundo e terceiro lugar em Transportes para Brasil e América Latina em 2006 e 2007, respectivamente. Carlos Eduardo é formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Università degli Studi di Bologna (Bolonha, Itália).

**Denise da Cunha D’Angelo Palácio – candidata a membro efetivo do conselho fiscal**

A Sra. Palácio é Conselheira Fiscal da CEMAR desde março de 2006. Ingressou nas Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS em 1979, onde atuou na área de administração de contratos em moedas nacional e estrangeira, para em seguida ocupar o cargo de gerente da divisão de administração de tesouraria do departamento financeiro e atualmente é Chefe do Departamento de Administração de Capital de Giro. Formada em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com pós-graduações em Finanças Corporativas na Fundação Getúlio Vargas, Engenharia Econômica na Universidade Estácio de Sá e MBA Executivo na COPPEAD.

**Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva, candidato a membro efetivo do conselho fiscal**

O Sr Paulo Roberto é Assessor do Coordenador Geral da Presidência da Eletrobras desde agosto de 2008. De outubro de 2000 a julho de 2008, foi Assessor do Diretor de Administração e Finanças da Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear. Anteriormente, exerceu a função de chefe da Divisão de Estudos Econômicos, vinculado ao Departamento de Estudos Econômicos e Orçamento da Eletrobras. O Sr. Paulo Roberto foi Conselheiro Fiscal da CELESC em 2000 e 2001. Advogado e Economista, possui MBA em Energia Elétrica pela UFRJ.

**Bruno Zaremba – candidato a membro suplente do conselho fiscal**



Bruno Zaremba é sócio e membro da equipe de Private Equity da Vinci Partners. O Sr. Zaremba ingressou no Banco Pactual em 1996, como analista de empresas. Até 2003 atuou na equipe de pesquisa e análise, na área de bancos, varejo, consumo e tabaco. A seguir foi nomeado gestor da área de investimentos proprietários para mercados desenvolvidos, no segmento de renda variável, ocupando tal posição ao ingressar na Vinci Partners em 2009. O Sr. Zaremba é formado em economia pela PUC-RJ, e também possui certificação CFA.

**José Guilherme Cruz Souza – candidato a membro suplente do conselho fiscal**

José Guilherme é sócio e membro da Vinci Partners. O Sr. Souza ingressou no Banco Pactual (hoje BTG Pactual) em 2005 e foi co-responsável pela gestão do Fundo de Investimento Brasil Energia (FIP Brasil Energia) até 2009. Neste período, o capital comprometido do fundo (R\$ 1.2 bilhão) foi investido em 8 projetos e companhias, nos segmentos de transmissão e geração de energia, através de instrumentos de equity e mezanino. Suas responsabilidades englobavam a prospecção de oportunidades, análise técnica, análise econômico-financeira, estruturação das operações e gestão das companhias investidas, atuando em seus conselhos de administração. Anteriormente ao Pactual, o Sr. Souza atuou por 4 anos como Senior Associate na Stern Stewart, consultoria americana de gestão financeira, desenvolvendo projetos de implantação de Gestão Baseada em Valor, utilizando a metodologia do Economic Value Added (EVA®), bem como projetos na área de Finanças Corporativas, para clientes como Petrobras Distribuidora (BR Distribuidora), Metrô RJ, Klabin e Telemar. O Sr. Souza tem ainda mais de 5 anos de experiência no mercado financeiro nacional, tendo atuado em Asset Management e Equity Sales & Trading no Citigroup e Banco Graphus. Sr. Souza concluiu seu M.B.A. em 2001 pela Universidade de Rochester (EUA), especializando-se em Finanças e Contabilidade Corporativa, sendo eleito, por seu desempenho, para a sociedade Beta Gamma Sigma. José Guilherme graduou-se em primeiro lugar da turma de Engenharia Elétrica de 1994 na Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI) em MG.

**Ricardo Takao Kobayashi - candidato a membro suplente do conselho fiscal**

O Sr. Kobayashi é sócio e membro da equipe de investimentos em Private Equity da Vinci Partners. Ingressou no Banco Pactual em 1995, como analista de sell side e tornou-se chefe da área de Pesquisa e Análise e sócio em 1998. Foi eleito como um dos dois melhores analistas em atividade no país por 9 anos consecutivos pela Institutional Investor Magazine, sendo 5 vezes em primeiro lugar. Em 2006, o Sr. Kobayashi foi indicado como gestor de recursos de terceiros do UBS Pactual e, em 2009, a Financial Sponsor Banker da divisão de banco de investimento. O Sr. Kobayashi é formado em economia pela Universidade de Brasília, possui MIM pela Thunderbird School of Global Management e possui certificação CFA.

**Sidney do Lago Júnior – candidato a membro suplente do conselho fiscal**

Sidney do Lago Jr. é graduado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1977, com especialização em análise de investimentos. Iniciou sua carreira como engenheiro de manutenção na CSN, à qual se seguiu a Empresa Brasileira de Engenharia, por um período de oito anos na execução de obras de geração de energia elétrica – Usina Nuclear Angra I e Usina Termelétrica Presidente Médici fase B. Ingressou na ELETROSUL em 1986 para a construção da Usina Termelétrica Jorge Lacerda C e chefiou os departamentos de engenharia de termelétricas e engenharia de sistemas, tendo criado nesta empresa a área de assuntos regulatórios e de negócios. Requisitado pela ELETROBRÁS desde 2001, foi assistente do Diretor de Engenharia, sendo até o presente membro do Conselho de Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D, da Companhia Estadual Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE GT e das Centrais Elétricas do Rio Jordão - ELEJOR. Requisitado pelo Ministério de Minas e Energia, exerceu o cargo de Diretor do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético daquele Ministério, de abril de 2005 a janeiro de 2008. Atualmente exerce a função de Superintendente de Geração da ELETROBRÁS e é membro suplente do conselho fiscal da CEMAR.

**Wagner Montoro Júnior – candidato a membro suplente do conselho fiscal**

O Sr. Montoro é formado em Engenharia Civil pela Universidade Santa Úrsula, com pós-graduação em administração pública e finanças corporativas pela Fundação Getúlio Vargas, e com mestrado em economia pelo IBMEC. Iniciou sua carreira na Promon Engenharia, tendo ingressado, em 1989 na Eletrobrás onde, desde 2007, é chefe do Departamento de Administração de Investimentos.



Em relação aos indicados não há, nos últimos 5 anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores da Companhia; (b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Os srs. Sérgio Passos, Felipe Bittencourt, Bruno Zaremba e José Guilherme Cruz Souza também estão sendo indicados ao cargo de conselheiros fiscais da Equatorial Energia.